



Especialização em
**GESTÃO
PÚBLICA
MUNICIPAL**

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

Transparência na Administração Pública: Uma Análise dos Portais Eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba

José Luis Rozendo Braz

Santa Cruz do Capibaribe – PE
2022

JOSÉ LUIS ROZENDO BRAZ

Transparência na Administração Pública: Uma Análise dos Portais Eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba

Monografia apresentada junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia – EADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Dr. Jair Jeremias Junior

Santa Cruz do Capibaribe - PE
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B827t

Braz, José Luis Rozendo

Transparência na Administração Pública: Uma análise dos portais eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba / José Luis Rozendo Braz. - 2022.
41 f. : il.

Orientador: Jair Jeremias Junior.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em Gestão Pública Municipal, Recife, 2022.

1. Administração Pública. 2. Transparência Pública. 3. Instituições de Ensino Superior. I. Junior, Jair Jeremias, orient. II. Título

CDD 350

José Luis Rozendo Braz

Transparência na Administração Pública: Uma Análise dos Portais Eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba

Monografia apresentada junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia – EADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

Aprovada em: 12/09/2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jair Jeremias Junior (EADTec/UFRPE)
Presidente e Orientador

Profa. Ma. Rafaela Rodrigues Lins
Examinador 01

Prof. Me. Adherbal Lins Mazzoni
Examinador 02

*À Deus,
À minha mãe Sandra Rozendo,
Ao meu pai José Jair (in memorian).*

“Negar o dever de transparência é escancarar as portas para a prática das mais gravosas condutas de corrupção. Na administração pública, o que não pode ser visto, via de regra, não pode ser praticado.”

(Ismar Viana)

RESUMO

Este estudo buscou identificar o grau de transparência das informações divulgadas nos portais eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba. Como objetivos específicos: Caracterizar as Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba; identificar quais informações disponibilizadas pelos portais eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior Paraíba se enquadram nos componentes do IndexDUF; comparar a transparência entre os portais eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior Paraíba. O referencial teórico contemplou discussões acerca da transparência pública e transparência nas Instituições Públicas de Ensino Superior, tendo como base autores como, Platt Neto et al., (2007), Cruz et al., (2012), dentre outros. É uma pesquisa de natureza quantitativa, do tipo descritivo. Para tanto, utilizou-se o IndexDUF, proposto por Pessôa (2013), para identificar a transparência dos portais eletrônicos de quatro instituições públicas de ensino superior da Paraíba, a saber, UFCG, UFPB, UEPB e IFPB. Quanto aos resultados, constatou-se que o percentual médio de divulgação geral dos portais eletrônicos das IES públicas da Paraíba foi de 77,65%. Os resultados individuais das instituições apontaram uma diferença entre os índices, no qual o IFPB apresentou o menor percentual de transparência, com um valor médio de divulgação geral de 72,56%, seguido da UEPB (75,46%), UFCG (80,76%), e UFPB, com 80,86%. Logo, após a análise dos dados obtidos nos portais eletrônicos das IES, verificou-se a necessidade do aprimoramento dos *sites*, com a inclusão dos itens que não foram identificados durante a pesquisa, melhorando, portanto, o nível de transparência e permitindo o acesso efetivo da sociedade nas informações buscadas nos portais.

Palavras-chave: Administração Pública. Transparência Pública. Instituições de Ensino Superior.

ABSTRACT

This study sought to identify the degree of transparency of the information disclosed on the electronic portals of the Public Institutions of Higher Education in Paraíba. As specific objectives: Characterize the Public Institutions of Higher Education of Paraíba; identify what information made available by the electronic portals of the Public Institutions of Higher Education of Paraíba fit into the components of IndexDUF; compare the transparency between the electronic portals of the Public Institutions of Higher Education of Paraíba. The theoretical framework included discussions about public transparency and transparency in Public Institutions of Higher Education, based on authors such as, Platt Neto et al., (2007), Cruz et al., (2012), among others. It is a research of quantitative nature, of descriptive type. For this, it was used the IndexDUF, proposed by Pessôa (2013), to identify the transparency of the electronic portals of four public institutions of higher education in Paraíba, namely, UFCG, UFPB, UEPB and IFPB. As for the results, it was found that the average percentage of overall disclosure of the electronic portals of the public HEIs of Paraíba was 77.65%. The individual results of the institutions pointed out a difference between the indexes, in which IFPB showed the lowest percentage of transparency, with an average value of general disclosure of 72.56%, followed by UEPB (75.46%), UFCG (80.76%), and UFPB, with 80.86%. Therefore, after analyzing the data obtained from the electronic portals of the HEIs, the need for improvement of the sites was verified, with the inclusion of items that were not identified during the survey, thus improving the level of transparency and allowing effective access by society to the information sought on the portals.

Keywords: Public Administration. Public Transparency. Higher Education Institutions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Componentes do IndexDUF	19
Tabela 2 – Categorias do Índice IndexDUF	20
Tabela 3 – Categoria 1: Dados gerais da instituição	21
Tabela 4 – Categoria 2: Atividades acadêmicas (ensino).....	23
Tabela 5 – Categoria 3: atividades acadêmicas (pesquisa).....	25
Tabela 6 – Categoria 4: atividades acadêmicas (extensão)	26
Tabela 7 – Categoria 5: Informação Financeira e de Gestão.....	26
Tabela 8 – Categoria 6: características da informação financeira	28
Tabela 9 – Categoria 7: Informação sobre responsabilidade social	29
Tabela 10 – Categoria 8: Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	29
Tabela 11 – Categoria 9: informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web	30
Tabela 12 – Categoria 10: E-Serviços	32
Tabela 13 – Categoria 11: E-Participação	33

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal;

IES – Instituição de Ensino Superior;

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;

IndexDUF – Índice de Divulgação das Universidades Federais;

LAI – Lei de Acesso à Informação;

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal;

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão;

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação;

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba;

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande;

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	13
3 TRANSPARÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR....	15
4 INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA	16
4.1 Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	16
4.2 Universidade Federal da Paraíba – UFPB	17
4.3 Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	17
4.4 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.....	18
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
5 ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR.....	19
5.1 Categorias Gerais do Índice IndexDUF das IES	20
5.1.1 Categoria 1 - Dados Gerais das Instituições.....	21
5.1.2 Categoria 2 - Atividades acadêmicas (ensino)	23
5.1.3 Categoria 3 - Atividades acadêmicas (pesquisa).....	24
5.1.4 Categoria 4 - Atividades acadêmicas (extensão).....	25
5.1.5 Categoria 5 - Informação financeira e de gestão.....	26
5.1.6 Categoria 6 - Características da informação financeira	28
5.1.7 Categoria 7 - Informação sobre responsabilidade social.....	29
5.1.8 Categoria 8 - Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	29
5.1.9 Categoria 9 - Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web	30
5.1.10 Categoria 10 - E-Serviços	32
5.1.11 Categoria 11 - E-Participação	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

A transparência pública tem se tornado uma ferramenta fundamental para a sociedade, principalmente no tocante ao monitoramento das aplicações dos recursos públicos e combate da corrupção (KRISTIANSEN; DWIYANTO; PRAMUSINTO; PUTRANTO, 2009; PESSÔA, 2013). Ela se origina por meio da divulgação de todas as atividades realizadas, fornecendo informação acessível e compreensível para a população (CRUZ; SILVA; SANTOS, 2010; DAWES, 2010).

Diante dos inúmeros casos de corrupção das instituições públicas, diversas mudanças democráticas e de gestão tem marcado o setor público nos últimos anos, contribuindo, portanto, para o aumento da transparência (MONFARDINI, 2010). Além disso, de acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art. 3: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, verifica-se que o princípio da publicidade é um instrumento basilar para o controle social, considerado fundamental em uma sociedade democrática (ZORZAL, 2015), isto é, tal princípio aproxima a população do Estado, uma vez que abre caminhos para a participação popular, como também para o controle social, ambos essenciais para a democracia. Ademais, considerando que a transparência na administração pública está diretamente relacionada ao princípio da publicidade, a prática desse mecanismo proporciona efetividade ao controle da gestão administrativa das instituições.

Embora a transparência seja alvo de diversos estudos voltados para o setor público (ATHAYDE, 2002; PLATT NETO; CRUZ; VIEIRA, 2006; SANTANA JUNIOR et al., 2009; BERNARDO; REIS; SEDIYAMA, 2017; LOCK, 2013; ECKERT et al., 2016; BALDISSERA et al., 2017; COELHO et al., 2018; SILVA; BRUNI, 2019), pesquisas que evidenciam a transparência na administração pública indireta ainda são escassas, tais como, estudos voltados para os portais eletrônicos das instituições públicas de ensino superior, estas que são constituídas sob a forma de autarquias ou fundações públicas, e são obrigadas pela Constituição Federal a prezar pelos princípios da gestão pública, fazendo jus a transparência e a prestação de contas sobre os recursos que são geridos (PLATT NETO; CRUZ; VIEIRA, 2006).

Dessa forma, para que haja transparência nas ações realizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) do âmbito público, disponibilizar as informações corretamente nos portais eletrônicos é fundamental (PLATT NETO; CRUZ; VIEIRA, 2006; ROSA, 2014), uma

vez que eles devem se enquadrar nos mesmos requisitos dos portais do estado, devendo prezar pela compreensibilidade e acessibilidade às informações, além de apresentá-las de maneira clara e objetiva, e facilitar o acesso dos conteúdos pelos cidadãos (RODRIGUES, 2013; FARACO, 2015). Outrossim, as instituições devem aderir a todos os mecanismos disponíveis para divulgar suas ações, é o que diz o art. 8.º, § 2.º, da Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI).

Contudo, embora os portais eletrônicos sejam ferramentas necessárias para a transparência, conforme Rodrigues (2013), a maioria dos *sites* das IES públicas estão distantes de se enquadrar nos aspectos exigidos pela LAI. Em uma pesquisa realizada por Monteiro (2014), constatou-se que nenhum dos sítios eletrônicos das 53 universidades federais brasileiras investigadas cumpriu integralmente com os dispositivos da LAI, embora algumas tenham apresentado um quantitativo relevante de informações. Pessoa (2013), ao analisar os *sites* de 59 universidades federais através de um índice, identificou um grau médio de divulgação, possuindo 66,32% das informações.

Considerando que as instituições são meios de produção do conhecimento, a cultura do acesso à informação nesses espaços deve ser alvo de discussões frequentemente. Para tanto, faz-se necessário pesquisas que investiguem a realidade dos portais eletrônicos das instituições, com o intuito de ampliar o leque de estudos na área e possibilitar aos cidadãos uma visão detalhada sobre as informações disponibilizadas, permitindo, também, que a população identifique o nível de transparência delas (SALGADO; AIRES, 2017).

Nesse sentido, sabendo que a sociedade civil vem exercendo cada vez mais o controle social dos gastos públicos, e que os portais eletrônicos são meios de compartilhamento de informações das IES, surgiu, portanto, a necessidade de investigar a transparência dos portais eletrônicos das IES públicas do Estado da Paraíba, através do Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), proposto por Pessoa (2013). Logo, a pergunta norteadora deste estudo está pautada em: Qual o grau de transparência das informações divulgadas nos portais eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba?

Para alcançar a pergunta norteadora desta pesquisa, tem-se como objetivo geral: Identificar o grau de transparência das informações divulgadas nos portais eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba. Como objetivos específicos: caracterizar as Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba; identificar quais informações disponibilizadas pelos portais eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior Paraíba se enquadram nos componentes do IndexDUF; comparar a transparência entre os portais eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior Paraíba.

Diante do exposto, entende-se que estudos voltados para a transparência de universidades federais e estaduais oferecem um campo de pesquisa importante (BEZERRA; BORGES; VALMORBIDA, 2012; RODRIGUES, 2013; PEREIRA; MACHADO; CARNEIRO, 2013). Assim, esta pesquisa é de grande relevância, pois traz à tona a realidade dos portais eletrônicos das IES públicas do estado da Paraíba. Ademais, a identificação da presença ou ausência de informações contribuirá para a melhoria dos portais, através da disponibilização efetiva de informações. Academicamente, a pesquisa instigará e fortalecerá novas discussões sobre transparência pública, corroborando ainda para futuros estudos que venham a surgir na área.

A estrutura deste trabalho, além desta introdução, é constituída por outras quatro seções. A segunda seção aborda o referencial teórico sobre a transparência pública e transparência nas Instituições Públicas de Ensino Superior. Na seção seguinte descreve-se o percurso metodológico adotado nesta pesquisa. Em seguida, apresenta-se a análise dos dados das instituições. Por fim, na última seção encontra-se as considerações finais do estudo.

2 ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Surgido em 1980 nos países americanos, o termo *accountability* se configurou com diferentes conceituações. Especialmente no Brasil, tornou-se mais presente em paralelo ao processo de redemocratização do Estado após o fim do regime militar, tendo como marco a Constituição Federal de 1988 (MEDEIROS; CRANTSCHANINOV; SILVA, 2013). Assim, com o processo de redemocratização, a busca pela transparência pública firmou-se em um sistema de fiscalização e controle externo, interno e social (MARTINS; COELHO; ALMEIDA, 2012).

Contudo, apesar de ser alvo de inúmeras discursões no âmbito da administração pública, a *accountability* aparece na literatura de forma abrangente e variada e, portanto, ainda não dispõe de uma tradução definitiva para o português, o que dificulta sua abordagem, entendimento e discussão no país (CAMPOS, 1990; BERNARDES; SANTOS; ROVER, 2015). Logo, é um conceito que ainda está em construção (MEDEIROS; CRANTSCHANINOV; SILVA, 2013).

Embora a *accountability* não possua uma tradução específica, o termo está ligado a responsabilidade social dos governantes, que devem prestar contas à sociedade, implicando, assim, na transparência das ações e práticas governamentais. Afinal, a transparência é um fundamento basilar de um Estado democrático, além de ser um mecanismo que contribui para uma boa gestão pública, visto que, quanto mais transparente um governo se apresenta, mais

responsável e responsivo ele se assume, fazendo jus a uma gestão responsável (PLATT NETO et al., 2007).

De acordo com Michener (2010, p.55) “para se construir uma transparência clara, que possibilite inferências precisas, é necessário registrar, catalogar e organizar as informações, além de disponibilizá-las de maneira mais adequada”, pois é um processo que vai além de uma simples divulgação, são informações de interesse da população e que não se restringem aquelas impostas por disposições legais ou regulamentos (SACRAMENTO; PINHO, 2007).

A transparência pública proporciona o controle social, visto que favorece o monitoramento dos atos realizados pelos gestores (CRUZ et al., 2012; AVELINO; ANGOTTI; COLAUTO, 2012), permitindo os cidadãos acompanhar as prestações de contas, fiscalizar e cobrar um melhor uso dos recursos (MENESES, 2011). Conforme Nunes et al., (2013), a sociedade está se apropriando melhor do processo de fiscalização da administração pública, exigindo mais transparência dos gestores, como também, das ações realizadas com recursos públicos.

No Brasil, foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que a transparência passou a ganhar notoriedade, uma vez que trouxe a obrigatoriedade da prestação de contas e tornou o acesso à informação fundamental para o exercício da cidadania no país (GOMES; FREIRE; SALES, 2017). Destaca-se que até o ano de 2011 os debates em torno da transparência se reportavam somente à Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (CRUZ; FERREIRA, 2008). No entanto, a partir de 2012 entrou em vigor a LAI, que regulamentou o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição do Brasil (1988), e tornou o direito à informação uma realidade, ampliando a participação popular e fortalecendo os mecanismos de controle da gestão pública.

No âmbito do Poder Executivo Federal, a LAI foi regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que determina os itens a serem disponibilizados nos sítios na internet de órgãos e entidades públicas e dá outras providências. Além disso, a Lei cria o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), com objetivo de atender e orientar o público quanto ao acesso à informação, informar sobre tramitação de documentos, receber e registrar pedidos de acesso à informação. Assim, os diversos mecanismos disponíveis na internet pelo governo surgiram para prezar por uma gestão pública mais transparente, representando um meio para o desenvolvimento de serviços e informações voltadas à população.

Diante do exposto, verifica-se a importância da transparência pública para a sociedade, principalmente no tocante ao controle das instituições públicas. Os avanços nas tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm contribuído significativamente para a promoção da

transparência, gerando informações claras e tempestivas sobre os resultados da atuação da administração pública. Portanto, nota-se que a internet pode ser considerada uma ferramenta fundamental para a melhoria da transparência e da *accountability* no setor público, facilitando a comunicação entre governo e cidadãos através de meios eficazes, tais como, os portais eletrônicos, ferramenta que será discutida a seguir.

3 TRANSPARÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

As universidades são consideradas autarquias, definidas pelo art. 5º, inciso I do Decreto Lei 200/67. São inseridas na forma de autarquias ou fundações da Administração Pública Indireta que possuem patrimônio próprio, criadas por lei e com o poder de se autoadministrar, sendo, portanto, autossuficiente. Assim, são obrigadas a garantir o acesso à informação, haja vista que conforme o artigo 1º da lei 12.527/2012 “as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios estão obrigados a garantir o acesso a informações” (BRASIL, 2011).

Considerando a importância que as IES públicas, enquanto geradoras e disseminadoras do conhecimento, possuem na administração pública (GAMA, 2015), cabe a essas instituições fornecerem informações de forma clara, completa e de fácil entendimento, visto que a transparência é um dos requisitos básicos para proporcionar credibilidade e qualidade de gestão (RELLY, 2012).

Dessa forma, é com a prática da transparência nas IES públicas que se estabelece uma política de gestão responsável (GAMA; RODRIGUES, 2016). Santos (2018) contribui, pontuando que:

O dever de informar das universidades está relacionado com sua própria razão de ser. Pesquisas, inovações tecnológicas, debates aprofundados que acontecem na academia, muitas vezes herméticos ao cidadão, precisam ser conhecidos, compreendidos e analisados criticamente. Da mesma forma, essas organizações devem realizar a prestação de contas dos seus serviços e dos recursos investidos pela sociedade – direta e indiretamente. (SANTOS, 2018, p18).

Assim, considerando suas inúmeras atividades e ações desenvolvidas, as IES prestam um papel relevante para a sociedade e o ambiente que estão inseridas. Por esse motivo, a divulgação de suas informações deve ser cada vez mais sólida, ao passo que, construa uma identidade digital sustentável, autêntica e transparente ao disponibilizá-las (LARA, 2009).

Nesse sentido, as TIC's surgem como um mecanismo basilar para a transparência das atividades e ações, contribuindo, principalmente, para a interação com os cidadãos. Assim,

considerada um grande meio de comunicação, a internet, por meio dos portais institucionais das IES públicas, pode ser um ambiente favorável para a divulgação ampla e transparente de informações (CRUZ et al., 2012), auxiliando na inter-relação da sociedade com a administração pública e cooperando para o desenvolvimento democrático e eficiente da transparência (ROSA, 2014).

Para tanto, nota-se que os portais eletrônicos além de disponibilizarem informações a respeito das IES, surgem para suprir as exigências da sociedade. Logo, é fundamental estudá-los e identificar quais instituições apresentam os requisitos necessários para ser considerada transparente. Conforme Pessoa (2013), uma instituição amplamente transparente disponibiliza informações como: atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, informação financeira e de gestão, responsabilidade social, condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição, e-informação, e-serviços, e-participação, navegabilidade, desenho e acessibilidade.

4 INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA

O Estado da Paraíba possui uma ampla rede de ensino superior, a saber: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), contando também com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), além de outras instituições de ensino superior particulares (BNB, 2015). A seguir serão detalhadas as características de cada uma delas.

4.1 Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

A Universidade Federal de Campina Grande foi criada pela Lei Nº. 10.419 de 09 de abril de 2002, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Teve sua origem na década de 1950, quando foram criadas a Escola Politécnica de Campina Grande (1952) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1955). Este período histórico foi responsável pela construção de uma identidade própria que motivou o desmembramento e a criação da UFCG (Portal UFCG, 2022).

A sede da reitoria da UFCG fica localizada na cidade de Campina Grande. Além deste município, a instituição possui outros 6 câmpus universitários nas cidades de Patos, Sousa, Cajazeiras, Cuité, Pombal e Sumé, englobando 11 centros de ensino, 77 cursos de graduação, 47 programas de pós-graduação, sendo 34 mestrados e 13 doutorados. Atualmente, conta com 22.686 alunos (Portal UFCG, 2022).

4.2 Universidade Federal da Paraíba – UFPB

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores. Posteriormente, com a sua federalização, aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande (Portal UFPB, 2022).

A partir do desmembramento da UFPB ocorrido no ano de 2002, a instituição ficou composta legalmente pelos *campi* de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras, passando os demais *campi* (Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa) a serem incorporados pela UFCG. A UFPB possui atualmente 7 câmpus universitários nas cidades de João Pessoa, Areia, Bananeiras, Mamanguape e Rio Tinto, possuindo 16 centros de ensino. No ensino de graduação, a instituição possui 130 cursos. No ensino de pós-graduação, contabiliza 137 cursos, sendo 40 doutorados e 60 mestrados acadêmicos, 4 residências médicas, além de 19 especializações, 1 doutorado e 13 mestrados profissionais. O número de alunos ativos, em 2022, é de aproximadamente 33.000 estudantes (Portal UFPB, 2022).

4.3 Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

A Fundação Universidade Regional do Nordeste foi criada pela Lei Municipal nº 23, de 15 de março de 1966, mantenedora da Universidade Regional do Nordeste. Em 1987 foi articulado uma vigorosa mobilização que levou o Governo do Estado a promover a estadualização da Universidade. Assim, a Lei nº 4.977, de 11 de outubro de 1987, sancionada pelo então governador Tarcísio Burity, transformou a deficitária URNe em Universidade Estadual da Paraíba. Em 1996 obteve o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação do MEC. Em 2004 conquistou a autonomia financeira, através da Lei nº 7.643, de 6 de agosto de 2004, sancionada pelo então governador Cássio Cunha Lima (Portal UEPB, 2022).

A UEPB possui atualmente 8 câmpus universitários nas cidades de Campina Grande, Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Monteiro, Patos e Araruna, com 12 centros de ensino. Ao todo são 58 cursos de graduação. Na pós-graduação, contabiliza 47 cursos, sendo 8 doutorados, 16 mestrados acadêmicos e 10 mestrados profissionais, além de 13 especializações. O número de alunos ativos, em 2022, é de 18.975 (Portal UEPB, 2022).

4.4 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba é uma instituição federal brasileira, vinculada ao Ministério da Educação. A sua história começou em 23 de setembro de 1909, quando o presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices em 19 capitais brasileiras para ofertar educação profissional e tecnológica. As diversas mudanças ocorridas na sociedade e na educação, refletiram-se no desenvolvimento da instituição e nas mudanças de nomenclatura. Para tanto, após passar por diversas mudanças, em 2008, criou-se o IFPB, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa (Portal IFPB, 2022).

A reitoria do IFPB está instalada em João Pessoa, além deste, a instituição possui outros 21 câmpus localizados nas cidades de Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, Monteiro, Patos, Picuí, Areia, Pedras de Fogo, Princesa Isabel, Soledade, Princesa Isabel, Santa Rita, Sousa e Santa Luzia. O IFPB oferece cursos técnicos e superiores, além de pós-graduação. Ao todo a instituição possui 38 cursos superiores, 106 cursos técnicos, 12 cursos de especialização e 4 de mestrado. Atualmente, conta com 28.000 alunos (Portal IFPB, 2022).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de uma melhor compreensão acerca do tema proposto, inicialmente, fez-se necessário o uso da pesquisa bibliográfica, com o intuito de reunir o conhecimento científico já elaborado sobre a temática. Para garantir a qualidade da pesquisa utilizou-se artigos disponíveis nas bases de dados *Scientific Periodicals Eletronic Library (SPELL)*, *Scientific Eletronic Library On-line (SciELO)* e *Web of Science (WoS)*, estas que oferecem uma ampla cobertura da literatura científica e abrangem uma coleção de periódicos nacionais e internacionais. Assim, através das leituras foram selecionados estudos que demonstraram relação com a temática proposta. Quanto a natureza do trabalho, ela se constitui como quantitativa, do tipo descritivo. A população foi composta por quatro instituições públicas de ensino superior da Paraíba.

Dessa forma, foi realizado um estudo, com o intuito de identificar através do IndexDUF, a transparência dos Portais Eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba. Tal métrica é composta pelos índices de Dixon, Coy e Tower (1993), Católico (2011), Rosário et al. (2011), além da legislação brasileira (PESSÔA, 2013).

Diante dessas informações, essa pesquisa analisou o IndexDUF das quatro instituições públicas de ensino superior da Paraíba, a saber: UFCG, UFPB, UEPB e IFPB. Quanto aos

dados, eles foram coletados por meio de visitas nos portais eletrônicos de cada instituição, seguindo o protocolo de 6 passos indicado por Pessoa (2013): 1) visitar o portal da instituição; 2) utilizar a ferramenta de busca do Google; 3) buscar cada item indicando com (1) a sua ocorrência e com (0) a sua ausência; 4) utilizar a ferramenta de busca do próprio portal da instituição; 5) buscar através do mapa do *site* e; 6) revisar os registros. Para a tabulação dos dados foi utilizado o Microsoft Excel.

Quanto a métrica IndexDUF, este é um índice composto por onze categorias (PESSÔA, 2013), como pode ser observado a seguir, na Tabela 1:

Tabela 1 - Componentes do IndexDUF

Ordem	Categorias	Nº de Itens
1	Dados gerais da instituição	24
2	Atividades acadêmicas (ensino)	12
3	Atividades acadêmicas (pesquisa)	9
4	Atividades acadêmicas (extensão)	3
5	Informação financeira e de gestão	40
6	Características da informação financeira	6
7	Informação sobre responsabilidade social	3
8	Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	5
9	Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web	20
10	E-serviços	8
11	E-participação	9
Total de Indicadores		139

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Para tanto, os itens das categorias foram identificados por meio de um processo binário, em que 0 corresponde ao elemento que não contém no portal eletrônico, e 1 indica a presença do item (PESSÔA, 2013). Por fim, após a coleta dos dados, foi realizada a estatística descritiva de cada categoria, por meio do *software* estatístico *open source* (PSPP), indicando o quão transparente é cada uma das instituições, e permitindo a comparação da transparência entre as IES estudadas. Optou-se pelo PSPP por ser um *software* livre que se apresenta como uma alternativa gratuita, possibilitando analisar estatisticamente os dados da pesquisa (GNU, 2011).

5 ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

Após a coleta de dados nos portais eletrônicos das instituições, foi realizado a análise e, conseqüentemente, obtido os resultados. Assim, através da análise foi possível identificar o percentual de transparência dos portais institucionais sobre cada categoria apresentada no IndexDUF. Dessa forma, na intenção de obter uma compreensão das informações gerais encontradas, verifica-se, a seguir, a análise geral das categorias correspondentes ao IndexDUF, seguido da análise individual de cada IES estudada.

5.1 Categorias Gerais do Índice IndexDUF das IES

O Índice de divulgação referente às Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba é formado por 11 categorias. A Tabela 2 demonstra o percentual de divulgação individual de cada categoria do Índice IndexDUF, como também, o percentual médio de divulgação geral das instituições.

Tabela 2 – Categorias do Índice IndexDUF

Nº	Categorias	Instituições de Ensino Superior				Média Categoria
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB	
1	Dados gerais da instituição	87,5%	83,3%	87,5%	100%	89,58%
2	Atividades acadêmicas (ensino)	83,3%	100%	91,7%	91,7%	91,68%
3	Atividades acadêmicas (pesquisa)	77,8%	66,7%	77,8%	77,8%	75,02%
4	Atividades acadêmicas (extensão)	100%	66,7%	100%	100%	91,68%
5	Informação financeira e de gestão	85%	85%	90%	90%	87,50%
6	Características da informação financeira	66,7%	66,7%	83,3%	83,3%	75%
7	Informação sobre responsabilidade social	66,7%	66,7%	66,7%	66,7%	66,70%
8	Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição	40%	40%	40%	40%	40%
9	Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web	70%	70%	65%	65%	67,50%
10	E-Serviços	100%	100%	100%	100%	100%
11	E-Participação	55,6%	55,6%	88,9%	77,8%	69,47%
Percentual Médio de Divulgação Geral		75,46%	72,56%	80,76%	80,86%	77,65%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessoa (2013).

A Tabela 2 demonstra que o percentual médio de divulgação geral das categorias foi de 77,65% entre as instituições analisadas. A categoria mais divulgada foi a décima (E-Serviços), apresentando um nível de divulgação de 100%, seguida das categorias de atividades acadêmicas de ensino e extensão, ambas com 91,68%. Já a categoria de informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição apresentou um percentual de 40%, sendo, portanto, a menos divulgada entre as quatro instituições. Em seguida, aparece a categoria de informação sobre responsabilidade social e a categoria de informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web, com um percentual de 66,70% e 67,50%, respectivamente.

Verifica-se que as categorias mais divulgadas nos portais eletrônicos da UEPB e UFCG foram as atividades acadêmicas (extensão) e de E-Serviços, ambas com 100%. Já no IFPB foram as atividades acadêmicas (ensino) e de E-Serviços, as duas com 100%. Enquanto a UFPB apresentou três categorias com 100% de divulgação, a saber, dados gerais da instituição, atividades acadêmicas (extensão) e E-Serviços.

Para tanto, mediante os dados da Tabela 2, o IFPB é a instituição que apresenta o menor percentual médio de divulgação geral, com 72,56%. Na sequência aparece a UEPB, com um

percentual médio de 75,46%. A UFCG, por sua vez, se encontra com 80,76%, seguido da UFPB, com 80,86%. Logo, dentre as instituições analisadas, a UFPB se destaca por possuir o portal eletrônico que mais divulga informações.

5.1.1 Categoria 1 - Dados Gerais das Instituições

Nesta seção serão apresentadas as informações da categoria 1, que representa os dados gerais das instituições, e é constituída por 24 itens que envolvem a regulamentação da instituição e a sua estrutura administrativa (PESSÔA, 2013). Assim, observa-se a seguir (Tabela 3) a demonstração dos itens desta categoria.

Tabela 3 – Categoria 1: Dados gerais da instituição

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	Serviços de notícias sobre suas atividades acadêmicas (jornal de anúncios)	1	1	1	1
2	Calendário de eventos e processos acadêmicos	1	1	1	1
3	Telefones das unidades e setores da entidade	1	1	1	1
4	Publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas)	1	1	1	1
5	Endereços das unidades e setores da entidade	1	1	1	1
6	Estatuto da universidade	1	1	1	1
7	Organograma	1	1	1	1
8	Lista de contatos de funcionários	1	1	1	1
9	Regulamentos emitidos	1	1	1	1
10	Estatísticas sobre o número e tipo vagas em cada faculdade	1	1	1	1
11	Órgãos de gestão e funções	1	1	1	1
12	Bolsas de monitoria/estágio universitárias	1	1	1	1
13	Acesso ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou Plano Operacional Anual	1	1	1	1
14	Relação nominal e breve resumo dos diretores	1	1	1	1
15	Funcionários/faculdade	1	1	1	1
16	Como chegar à universidade	1	0	1	1
17	Agenda do reitor	1	1	0	1
18	Divulga informação sobre salários	1	0	1	1
19	Arquivos de reunião dos corpos colegiados	1	1	1	1
20	Horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade	0	0	0	1
21	Divulga dados bibliográficos do reitor e vice-reitores	0	1	0	1
22	Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 meses	0	1	1	1
23	Quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, informações genéricas sobre os solicitantes	0	0	1	1
24	Acesso ao código de bom governo e código de ética	1	1	1	1
Percentual de Divulgação		87,5%	83,3%	87,5%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessôa (2013).

Conforme a Tabela 3, constata-se que os portais das quatro instituições estudadas aderem a maioria dos itens de divulgação da categoria 1. No entanto, com relação ao item 4, apesar do IFPB apresentar publicações universitárias (periódicos, jornais, revistas) em seu *site*,

tais informações encontram-se desatualizadas, dificultando, portanto, de levar a comunidade acadêmica informações relevantes sobre as produções da instituição. Ademais, observou-se que no *site* da UFPB consta o item 14 (Relação nominal e breve resumo dos diretores), porém desatualizado, não possuindo os dados do atual reitor.

No item 16 (como chegar à universidade), verificou-se que apenas o IFPB não possui em seu portal eletrônico um mapa de localização da instituição, o que tende a dificultar o acesso de quem não conhece a localidade da instituição. Outrossim, a UFCG é a única instituição que não possui o item 17 (agenda do reitor) em seu portal, ou seja, as publicações a respeito da agenda do reitor são realizadas semanalmente na seção de notícias do *site*.

Quanto a divulgação dos salários (item 18), por ser considerada uma universidade federal, a UFPB não possui a opção de visualizar os salários no próprio portal, mas disponibiliza um tutorial de como acessar o portal da transparência do governo e encontrá-los. A UFCG, por sua vez, apesar de disponibilizar um link que direciona para acessar o portal da transparência do governo, o seu *site* não apresenta um tutorial de como encontrar o salário dos servidores. Já o IFPB possui o seu próprio portal de transparência, com informações orçamentárias, boletins de serviços e dentre outros. Entretanto, não disponibiliza o salário dos servidores, nem tampouco o link para acessar o portal de transparência do governo. Para tanto, a UEPB, UFCG e UFPB foram as instituições que aderiram ao item 18, enquanto o portal do IFPB não apresentou a divulgação dos salários (item 18).

Com relação ao item 20, a UFPB é a única instituição que disponibiliza um tópico com os horários de atendimento de todos os setores do campus sede, além de disponibilizar o horário de funcionamento das unidades dos outros centros. O IFPB e a UFCG não informam o horário de atendimento em seus *sites*, já a UEPB, embora tenha publicado uma portaria contendo os horários de atendimentos na aba de notícias, o portal não possui um tópico de fácil acesso sobre os horários. No item 21 (Divulga dados bibliográficos do reitor e vice-reitores), somente o IFPB e UFPB aderiram a tal.

No item 22 (Rol das informações que tenham sido classificadas e desclassificadas por grau de sigilo nos últimos 12 meses), a UEPB foi a única instituição que não apresentou tal item. Entretanto, apesar do IFPB, UFCG e a UFPB apresentarem nos portais as informações classificadas e desclassificadas por grau de sigilo, constatou-se que tais informações estão desatualizadas, isso porque, a última publicação ocorreu nos anos de 2016, 2018 e 2019, respectivamente.

No último item (23) da categoria, verificou-se que somente o IFPB e a UFPB apresentam relatórios detalhados sobre os pedidos de acesso à informação. A UFCG

disponibiliza apenas um link que direciona para o portal do acesso à informação do governo, mas não especifica os pedidos de acesso. Já a UEPB não apresenta nenhum relatório.

Para tanto, se tratando das informações menos divulgadas, está o item 20 (horários de atendimento ao público nas unidades e setores da entidade), que consta no portal eletrônico de apenas uma instituição. Ademais, conforme as informações dispostas na Tabela 3, constata-se que a UFPB é a única instituição que possui em seu portal eletrônico 100% dos itens da categoria 1 (Dados gerais da instituição) do índice IndexDUF, seguido da UEPB e UFCG, ambas com o mesmo percentual (87,5%), e por último, o IFPB (83,3%). Destaca-se que apesar da existência de percentuais diferentes entre as instituições estudadas, no geral, observou-se uma certa similaridade entre elas, especialmente entre as três últimas citadas.

Por fim, conclui-se que apesar da falta de alguns itens da categoria 1 nos portais eletrônicos, verificou-se resultado suficiente de transparência entre as instituições analisadas, apresentando um percentual acima de 80% em todas elas. Na sequência, tem-se a categoria 2.

5.1.2 Categoria 2 - Atividades acadêmicas (ensino)

A categoria 2 é constituída por 12 itens que são voltados à composição discente e docente da instituição. Além de informações sobre a oferta de cursos, contratações e programas (PESSÔA, 2013). Verifica-se a seguir (Tabela 4) a demonstração dos itens desta categoria.

Tabela 4 – Categoria 2: Atividades acadêmicas (ensino)

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	Relação nominal ou numérica da composição docente	1	1	1	1
2	Editais públicos para a contratação de docente	1	1	1	1
3	Relação da oferta de programas de graduação e pós-graduação	1	1	1	1
4	Acesso a ferramentas tecnológicas e eletrônicas que facilitam os processos acadêmicos (biblioteca virtual, bases de dados, e-learning, entre outros)	1	1	1	1
5	Descrição dos planos de estudos e programas de disciplinas	1	1	1	1
6	Descrição da qualificação dos docentes	1	1	1	1
7	Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação	1	1	1	1
8	Descrição de suas instalações	1	1	1	1
9	Relação nominal de programas para a formação docente	0	1	1	1
10	Percentual de estudantes na faculdade (detalhamento da distribuição do corpo discente)	1	1	1	1
11	Formandos	1	1	1	1
12	Emprego/destino dos estudantes da educação	0	1	0	0
Percentual de Divulgação		83,3%	100%	91,7%	91,7%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessôa (2013).

De acordo com a Tabela 4, a categoria 2 apresenta uma média maior que a categoria 1, com um percentual geral de 91,68% de divulgação nos portais eletrônicos. Dos 12 itens da categoria, 10 estão presentes de maneira igual em todas as instituições.

Em relação ao item 7 (Enunciação do número de estudantes matriculados em graduação e pós-graduação), embora as quatro instituições estejam enquadradas, destaca-se que os dados da UFPB e IFPB estão desatualizados, estes que foram publicados em 2019 e 2020, na devida ordem. Dentre as instituições analisadas, a UEPB se destacou por apresentar informações detalhadas tanto quantitativamente quanto graficamente sobre o item analisado, dividindo por centros, cursos e dentre outros.

No tocante ao item 9 (Relação nominal de programas para a formação docente), a única instituição que não divulga tal informação é a UEPB. A UFCG se destacou por apresentar editais frequentes para seleção de servidores interessados em afastamento para qualificação docentes, dentre outros editais relacionados a formação docente, o que indica a preocupação da instituição em qualificar seus docentes.

O item 12 (Emprego/destino dos estudantes da educação) da categoria é o que apresenta a informação menos divulgada nos portais eletrônicos das instituições. Apenas o IFPB disponibiliza tal informação, isto é, a instituição possui o Portal do egresso na intenção de acompanhar e postar notícias de interesse desse público. Além disso, foi iniciada uma pesquisa junto aos alunos que se formaram a partir de 2017 para conhecer a realidade desse público, através da aplicação de questionários disponíveis no *site*. Logo, o IFPB se destaca no item 12 quando comparado com as demais universidades estudadas.

Com base nas informações apresentadas na Tabela 4, constata-se que o IFPB é a única instituição que possui em seu portal eletrônico 100% dos itens da categoria 2 (Atividades acadêmicas - ensino) do índice IndexDUF, seguido da UFCG e UFPB, ambas com o mesmo percentual (91,7%), e na sequência, a UEPB (83,3%).

Para tanto, conclui-se que apesar de não ser identificado alguns itens da categoria 2 nos portais eletrônicos das instituições, observou-se um resultado suficiente de transparência nas universidades analisadas, apresentando um percentual acima de 80% entre as quatro. Na próxima seção, tem-se a categoria 3.

5.1.3 Categoria 3 - Atividades acadêmicas (pesquisa)

Composta por 9 itens, a categoria 3 possui informações sobre grupos, projetos, linhas e redes de pesquisa, como também, questões referentes à trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa. Nesse sentido, a Tabela 5 apresenta os dados de cada instituição.

Tabela 5 – Categoria 3: atividades acadêmicas (pesquisa)

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	Enunciação dos grupos de pesquisa	1	1	1	1
2	Enunciação dos projetos de pesquisa	1	1	1	1
3	Relação das revistas ou de documentos que utilizam para divulgar os resultados dos processos de pesquisa formal	1	1	1	1
4	Enunciação de linhas de pesquisa institucionais ou dos grupos de pesquisa	1	1	1	1
5	Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa	0	0	0	0
6	Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa	1	0	1	1
7	Relação das redes de pesquisa das quais participam os grupos ou os docentes pesquisadores	1	1	1	1
8	Relação das patentes nacionais e internacionais e os segredos industriais desenvolvidos na instituição	1	1	1	1
9	Relação das redes de pesquisa das quais participam alunos ou assistentes de pesquisa	0	0	0	0
Percentual de Divulgação		77,8%	66,7%	77,8%	77,8%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessoa (2013).

Com base na Tabela 5, a categoria 3 apresenta uma média geral de 75,02% de divulgação nos portais eletrônicos das instituições analisadas. Dos 9 itens expostos da categoria, 6 estão presentes de maneira igual em todas as instituições.

Quanto a divulgação do item 5 (Registro de alunos em pesquisa ou assistentes de pesquisa), verifica-se que nenhuma das instituições divulgam essa informação, o que acontece também no item 9 (Relação das redes de pesquisa das quais participam alunos ou assistentes de pesquisa). Já no item 6 (Relação nominal ou apresentação das publicações e/ou trabalhos desenvolvidos por alunos ou assistentes de pesquisa), apenas o IFPB não disponibiliza a informação.

No geral, observa-se uma similaridade entre as divulgações dos portais eletrônicos da UEPB, UFCG e UFPB, todas com 77,8% de divulgação da categoria 3 do índice IndexDUF. O IFPB ficou com o menor índice, com um percentual de 66,7%. Logo, observou-se que a categoria 3 apresentou um resultado médio de transparência entre as instituições analisadas, com um percentual acima de 65% entre as quatro. Na seção seguinte, tem-se a categoria 4.

5.1.4 Categoria 4 - Atividades acadêmicas (extensão)

A categoria 4 é composta por três itens, e possui questões relacionadas a atividades voltadas especialmente para a comunidade externa. Esta categoria apresentou uma média de divulgação de 91,68%, como constatado na Tabela 2.

Tabela 6 – Categoria 4: atividades acadêmicas (extensão)

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	Enunciação de programas e/ou atividades de difusão do conhecimento (cursos, formados, seminários e/ou oficinas)	1	1	1	1
2	Enunciação de atividades de serviço tendentes a procurar o bem-estar da comunidade	1	1	1	1
3	Enunciação de atividades de consultoria	1	0	1	1
Percentual de Divulgação		100%	66,7%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessôa (2013).

De acordo com a Tabela 6, dos 3 itens que constitui a categoria, 2 estão presentes de maneira igual em todas as instituições. Assim, não foi identificado no portal do IFPB o item 3 (enunciação das atividades de consultoria), sendo, portanto, a única instituição que não contém tal informação.

Com relação ao percentual de divulgação, constata-se que a UEPB, UFCG e UFPB apresentaram um total de 100% na categoria 4 do índice IndexDUF. O IFPB, por sua vez, apresentou o menor índice, com um percentual de 66,7%. Para tanto, a categoria 4 apresentou um bom resultado de transparência nos portais, exceto o do IFPB, que não se enquadrou no item 3. Na seção seguinte, tem-se a categoria 5.

5.1.5 Categoria 5 - Informação financeira e de gestão

A categoria 5 é constituída por 40 itens sobre aspectos financeiros e administrativos das instituições (PESSÔA, 2013). Tal categoria apresentou uma média geral de divulgação entre as instituições de 87,50%. Saraite-Sariene et al., (2018) destacam a importância de disponibilizar informações referentes à organização e a governança da universidade, tais como, cargos de gestão, publicação de processos seletivos, concursos, licitações, dentre outros. Assim, verifica-se a seguir (Tabela 7) as informações dos itens desta categoria.

Tabela 7 – Categoria 5: Informação Financeira e de Gestão

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	Gastos executados	1	1	1	1
2	Investimentos	1	1	1	1
3	Variação da dívida	1	1	1	1
4	Indicadores Orçamentários	1	1	1	1
5	Dívida ativa	1	1	1	1

6	Capital Humano	1	1	1	1
7	Acesso ao informe de gestão do Reitor	1	1	1	1
8	Biblioteca	1	1	1	1
9	Compromissos e contingências	1	1	1	1
10	Modificações no orçamento	1	1	1	1
11	Ativos não correntes	1	1	1	1
12	Acesso a indicadores de gestão	1	1	1	1
13	Execução do plano estratégico	1	1	1	1
14	Custo unitário por estudante	1	1	1	1
15	Publicação dos editais de licitação da compra de bens e serviços	1	1	1	1
16	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária com dois ou mais anos de antiguidade	1	1	1	1
17	Link para a página denominada Transparência Pública	0	0	1	1
18	Variação de ativos não correntes	1	1	1	1
19	Emprego e informação do patrimônio educacional	1	1	1	1
20	Informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros	1	1	1	1
21	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU com dois ou mais anos	1	1	1	1
22	Contratos de licitação	1	1	1	1
23	Acesso aos orçamentos e execução orçamentária do último ano	1	1	1	1
24	Identificação das políticas contábeis aplicadas para a elaboração da informação contábil	1	1	1	1
25	Receita executada	1	1	1	1
26	Resultados de licitação	1	1	1	1
27	Revisão financeira	0	0	0	0
28	Depreciação	0	0	1	1
29	Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano	0	0	0	0
30	Execução de obras e serviços licitados	1	1	1	1
31	Divulgação de orientações para a contratação de terceiros	1	1	1	1
32	Plano estratégico aprovado	1	1	1	1
33	Fluxos de caixa	1	1	1	1
34	Acesso aos demonstrativos contábeis de dois ou mais anos	1	1	1	1
35	Subsídio para pesquisa	1	1	1	1
36	Acesso aos demonstrativos contábeis do último ano	1	1	1	1
37	Fornecedores padrão	1	1	1	1
38	Indicadores financeiros (índices)	1	1	1	1
39	Alocação de custos indiretos	0	0	0	0
40	Link para a página Processos de Contas Anuais	0	0	0	0
Percentual de Divulgação		85%	85%	90%	90%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessoa (2013).

A Tabela 7 demonstra que dos quarenta itens da categoria, quatro não são divulgados por nenhuma das instituições, quais sejam, item 27 (revisão financeira), item 29 (Acesso ao parecer de auditoria ou ao parecer da CGU do último ano), item 39 (Alocação de custos indiretos) e item 40 (*link* para a página Processos de Contas Anuais). Já com relação ao direcionamento para a página denominada transparência pública (item 17), a UEPB e o IFPB não disponibilizam o *link* em seus portais eletrônicos. No item 28 (Depreciação), por sua vez, somente a UFCG e a UFPB divulgam o valor da depreciação de seus ativos.

Com base nas informações expostas na Tabela 7, verifica-se uma similaridade nos percentuais de divulgação da UEPB com o IFPB (85%), e da UFCG com a UFPB (90%), essas duas últimas com o maior percentual de divulgação. Para tanto, apesar da necessidade de melhorias nos portais eletrônicos, no geral, observa-se um bom nível de transparência entre as instituições analisadas, apresentando um percentual acima de 85% entre as quatro. Dando continuidade as questões financeiras, na próxima seção, têm-se a categoria 6.

5.1.6 Categoria 6 - Características da informação financeira

A categoria 6 é composta por seis itens, e possui questões relacionadas as informações financeiras que são divulgadas nos portais eletrônicos. Esta categoria apresentou uma média de divulgação de 75%, como observado na Tabela 8.

Tabela 8 – Categoria 6: características da informação financeira

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	Comparabilidade da informação: existe possibilidade de comparabilidade da informação	1	1	1	1
2	Informação fornecida periodicamente	1	1	1	1
3	Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada	0	1	1	1
4	Relevância da informação: se oferece na internet informação segregada	1	1	1	1
5	Compreensibilidade da informação: se incluem índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar a informação financeira	1	0	1	1
6	Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a Contabilidade Geral na página web	0	0	0	0
Percentual de Divulgação		66,7%	66,7%	83,3%	83,3%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessôa (2013).

A Tabela 8 demonstra que dos seis itens da categoria, três são divulgados 100% em todas as instituições. Em contrapartida, o item 6 (Caráter completo da informação: existe a possibilidade de consultar a Contabilidade Geral na página web) não é fornecido em nenhum portal das instituições. Ademais, identificou-se que a UEPB não disponibiliza o item 3 (Confiabilidade da Informação: se oferece informação auditada) em seu *site*. Já o IFPB é a única instituição que não inclui índices e gráficos ou imagens e comentários de apoio para apresentar suas informações financeiras (item 5).

Portanto, verifica-se que tanto a UEPB quanto o IFPB apresentaram percentuais similares, ambas não possuem nos portais dois itens da categoria, totalizando 66,7% de divulgação, resultado mais baixo do que a UFCG e a UFPB, estas que não se enquadram em apenas um item da categoria.

5.1.7 Categoria 7 - Informação sobre responsabilidade social

A categoria 7 é composta por três itens e possui questões relacionadas a proteção ambiental, responsabilidade de economia e preservação dos recursos naturais (KON, 2013). Tal categoria apresentou uma média de divulgação de 66,70%, como demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Categoria 7: Informação sobre responsabilidade social

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	Responsabilidade ambiental	1	1	1	1
2	Responsabilidade social	1	1	1	1
3	Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica	0	0	0	0
Percentual de Divulgação		66,7%	66,7%	66,7%	66,7%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessôa (2013).

Com base na Tabela 9, verifica-se que nenhuma das três instituições apresentaram 100% de divulgação em seus portais. Dentre os três itens, o terceiro (Informação sobre indicadores de responsabilidade econômica) não foi identificado nos portais eletrônicos, isso porque, tais informações dificilmente são disponibilizadas nos *sites*, são fornecidos apenas dados superficiais que não se relacionam com o item (PESSÔA, 2013).

Ademais, observa-se que as quatro instituições divulgam informações referentes a responsabilidade ambiental e social, em especial esta última. Para tanto, nota-se uma similaridade entre as informações divulgadas pelas instituições, visto que as quatro apresentaram um percentual de 66,7% de divulgação.

5.1.8 Categoria 8 - Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição

A categoria 8 possui cinco itens referentes a divulgação de informações sobre a qualidade e importância da instituição para a comunidade, com questões voltadas para as conquistas acadêmicas, como também, avaliação e qualidade educacional (OLIVEIRA, FONSECA; AMARAL, 2006). Essa categoria apresentou uma média de divulgação de 40%, como exposto na Tabela 10.

Tabela 10 – Categoria 8: Informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	Acesso aos informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional o de programas	1	1	1	1
2	Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica	1	1	1	1

3	Relação dos resultados dos Exames de Qualidade da Educação Superior (ENADE, IGC e CPC)	0	0	0	0
4	Relação nominal ou identificação dos programas que têm registro qualificado e certificação voluntária	0	0	0	0
5	Visualização do selo de qualidade que certifica a aplicação de normas ISO para a gestão pública ou de gestão acadêmica	0	0	0	0
Percentual de Divulgação		40%	40%	40%	40%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessoa (2013).

Conforme a Tabela 10, dentre os cinco itens disponíveis, apenas o primeiro (Acesso aos informes de autoavaliação e autorregulação no âmbito institucional o de programas) e o segundo (Relação de prêmios obtidos pela comunidade acadêmica), são divulgados nos portais eletrônicos das quatro instituições, os demais não foram identificados. Os percentuais de divulgação de cada instituição pesquisada resultaram em 40%, valor considerado baixo, indicando, portanto, falta de transparência nos portais.

5.1.9 Categoria 9 - Informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web

Composta por 20 itens, a categoria 9 possui informações sobre o portal eletrônico no intuito de identificar itens que facilitam a navegação pelo *site* e que possibilitam a acessibilidade para todos os indivíduos (mesmo com algum tipo de deficiência) (ROSÁRIO et al., 2011). A categoria apresentou uma média de divulgação de 67,50%. Os dados de cada instituição são detalhados na Tabela 11.

Tabela 11 – Categoria 9: informação relativa à navegabilidade, acesso e desenho da página web

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	Incorporação de motores de busca na página web para facilitar o acesso à informação	1	1	1	1
2	Disponibiliza o endereço postal e eletrônico de contato da universidade	1	1	1	1
3	É claramente diferenciada na web a existência de links externos e internos do ente público	1	1	1	1
4	Há uma seção específica no <i>site</i> para acessar cada tipo de informação	1	1	1	1
5	A página web oferece a informação em formato de áudio e/ou vídeo	1	1	1	1
6	Dispõe de uma seção específica de prestação de contas	1	1	1	1
7	Dispõe de uma seção específica na qual agrupa a informação financeira e orçamentária que difunde	1	1	1	1
8	Inclui-se nas páginas a data da última atualização	0	1	1	1
9	Responsabilidade do conteúdo divulgado na página web	1	1	1	1
10	Incorporam-se recursos que facilitam uma correta impressão da informação	1	0	0	0
11	A página web utiliza como ferramenta hiperlinks na informação financeira prestada	1	1	1	1

12	Disponibiliza links para acessar <i>sites</i> vinculados com a regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou rankings de universidades, entre outros	0	0	0	0
13	Disponibiliza um mapa da página Web	0	1	1	1
14	Possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	0	1	1	1
15	Permite-se o download de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações	1	0	0	0
16	É possível encontrar a informação em vários idiomas	0	1	0	0
17	Formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras	1	0	0	0
18	Divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	1	0	0	0
19	A segurança da página web está certificada por uma entidade independente e sólida	1	1	1	1
20	Incluem-se suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis	0	0	0	0
Percentual de Divulgação		70%	70%	65%	65%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessoa (2013).

Em concordância com a Tabela 11, dentre os vinte itens expostos, apenas dois não foram identificados em nenhum dos portais das quatro instituições, a saber, o item 12 (Disponibiliza links para acessar *sites* vinculados com a regulação ou gestão acadêmica, avaliação da qualidade ou rankings de universidades, entre outros) e o item 20 (Incluem-se suportes multimídia como apoio para apresentação de dados orçamentários e contábeis). Ademais, com relação ao item 8 (Inclui-se nas páginas a data da última atualização), somente o portal da UEPB não possui a data da última atualização. Em contrapartida, ela foi a única instituição que se enquadrou no item 10 (Incorporam-se recursos que facilitam uma correta impressão da informação), permitindo imprimir as notícias e informações divulgadas.

No tocante ao item 13 (Disponibiliza um mapa da página Web), identificou-se que somente a portal da UEPB não disponibiliza tal mapa, o que tende a dificultar o acesso de pessoas que estão acessando o *site* pela primeira vez e que buscam alguma informação específica. Além disso, a mesma universidade não possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina (item 14). No entanto, dentre as quatro instituições estudadas, apenas a UEPB apresenta o item 15 (permite-se o download de arquivos que o usuário pode utilizar em diversas aplicações), permitindo o download de informações em diversos formatos (PDF, DOC, Excel etc.)

Quanto ao item 16 (É possível encontrar a informação em vários idiomas), constatou-se que somente o portal eletrônico do IFPB disponibiliza o acesso a informações em outros idiomas. Outrossim, só a UEPB apresenta os formatos eletrônicos utilizados para divulgação de informações financeiras (item 17) e divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação (item 18).

Para tanto, constata-se que nenhuma das instituições analisadas possuem um portal eletrônico com 100% de divulgação dos itens da categoria 9. A UEPB e IFPB apresentaram um percentual total de divulgação de 70%, enquanto a UFCG e UFPB um total de 65%. Destaca-se que apesar das diferenças de percentuais, no geral, observou-se uma certa similaridade entre alguns itens. Logo, verificou-se um resultado médio de transparência, visto que apresentaram percentuais acima de 65%. Na sequência, tem-se a categoria 10.

5.1.10 Categoria 10 - E-Serviços

A categoria 10 é constituída por 8 itens sobre as características da página *web* que deixam acessível os serviços e processos de gerenciamento acadêmico e institucional para professores e alunos da instituição (PESSÔA, 2013). Esta categoria apresentou uma média de divulgação de 100%. Observa-se na Tabela 12 as informações de cada instituição.

Tabela 12 – Categoria 10: E-Serviços

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	E-learning na educação formal	1	1	1	1
2	Há para download formulários e impressos para as tramitações administrativas da educação formal	1	1	1	1
3	É possível realizar on-line transações administrativas da educação formal	1	1	1	1
4	E-learning em cursos de aprimoramento	1	1	1	1
5	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas da educação formal	1	1	1	1
6	Há para download formulários e impressos para as tramitações administrativas de cursos de aprimoramento	1	1	1	1
7	É possível tramitar integralmente até o pagamento as transações administrativas de cursos de aprimoramento	1	1	1	1
8	É possível realizar on-line transações administrativas de cursos de aprimoramento	1	1	1	1
Percentual de Divulgação		100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessôa (2013).

De acordo com a Tabela 12, todos os itens da categoria 10 foram identificados nos portais eletrônicos das quatro instituições. Dessa forma, todas elas apresentaram um portal eletrônico com 100% de divulgação nesta categoria, apontando para um excelente resultado de transparência dos serviços e processos realizados pelos discentes e docentes das instituições. A seguir, tem-se a categoria 11.

5.1.11 Categoria 11 - E-Participação

A categoria 11 se estrutura por meio de nove itens, estes que estão relacionados a participação eletrônica com mecanismos que possibilitam a participação da população em geral em pesquisas de opinião, foros de discussão, reclamações ou sugestões etc. (ROSÁRIO et al., 2011). A média percentual geral encontrada nesta categoria é de 69,47%. A seguir, verifica-se na Tabela 13 as informações detalhadas de cada item da categoria nos portais das instituições.

Tabela 13 – Categoria 11: E-Participação

Ord.	Itens	Instituições de Ensino Superior			
		UEPB	IFPB	UFCG	UFPB
1	A página web apresenta endereço de contato com as pessoas responsáveis pelos serviços prestados na universidade	1	1	1	1
2	Apresenta seção com perguntas e respostas	1	1	1	1
3	Caixa de reclamações ou sugestões	1	1	1	1
4	A página web indica local e instruções que permitem ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o webmaster para a solicitação de informação geral pelo usuário	0	0	1	0
5	Foros de discussão na web da universidade	0	0	0	0
6	Pesquisas de opinião	1	1	1	1
7	<i>Blog</i>	0	1	1	1
8	A página web permite a inclusão de um <i>mailing list</i> para permitir atualização de informação aos usuários que assim o solicitem	1	0	1	1
9	<i>Chat</i>	0	0	1	1
Percentual de Divulgação		55,6%	55,6%	88,9%	77,8%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), a partir de Pessoa (2013).

Observa-se na Tabela 13 que quatro dos nove itens são divulgados 100% de maneira igual pelas instituições. Em contrapartida, o item 5 (Foros de discussão na web da universidade) não é divulgado em nenhum portal eletrônico. Já no item 4 (A página web indica local e instruções que permitem ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o webmaster para a solicitação de informação geral pelo usuário), somente a UFCG disponibiliza tal informação. No item 7 (*Blog*), constatou-se que apenas a UEPB não divulga blogs institucionais. Já o IFPB é a única instituição que a página web não permite a inclusão de um *mailing list* para permitir atualização de informação aos usuários que assim o solicitem (item 8). Por fim, no último item, a UEPB e o IFPB não disponibilizam em seus portais eletrônicos *chats* institucionais.

Para tanto, nota-se que nenhuma das instituições analisadas possuem um portal eletrônico com 100% de divulgação dos itens da categoria 11. Ademais, a UEPB e o IFPB apresentaram uma similaridade, com um percentual total de divulgação de 55,6%. A UFCG, por sua vez, foi a instituição que apresentou o maior percentual de divulgação (88,9%), enquanto a UFPB demonstrou um total de 77,8%. Logo, observou-se que a UFCG e a UFPB

foram as instituições que apresentaram o melhor resultado de transparência, possuindo um nível considerado bom.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar o grau de transparência das informações divulgadas nos portais eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba. Para isso, utilizou-se o Índice de Divulgação das Universidades Federais (IndexDUF), método elaborado por Pessoa (2013). O trabalho desenvolvido foi de natureza quantitativa, do tipo descritivo. A população foi composta por quatro instituições, sendo três universidades públicas e um Instituto Federal, a saber, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e o Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (IFPB).

Dessa forma, no primeiro objetivo específico buscou-se caracterizar as Instituições Públicas de Ensino Superior da Paraíba. Assim, através dos portais eletrônicos das quatro instituições, identificou-se que a UFCG possui 77 cursos de graduação, 34 mestrados e 13 doutorados, contando com 22.686 alunos distribuídos em 6 câmpus. A UFPB, por sua vez, se destaca com 130 cursos de graduação, 73 mestrados e 41 doutorados, com um número aproximado de 33.000 estudantes nos seus 7 câmpus. Já a UEPB possui 58 cursos de graduação, 26 mestrados e 8 doutorados, com 18.975 alunos ativos distribuídos em seus 8 câmpus. Enquanto o IFPB possui 38 cursos superiores, 106 cursos técnicos e 4 de mestrado, contando com 28.000 alunos nos seus 21 câmpus.

No segundo objetivo específico pretendeu-se identificar quais informações disponibilizadas pelos portais eletrônicos das Instituições Públicas de Ensino Superior Paraíba se enquadram nos componentes do IndexDUF. Assim, os resultados indicaram que as informações mais divulgadas nos portais eletrônicos da UEPB e UFCG foram as atividades acadêmicas (extensão) e de E-Serviços, ambas com 100%. Já no IFPB foram as atividades acadêmicas (ensino) e de E-Serviços, as duas com 100%. Enquanto a UFPB apresentou três categorias com 100% de divulgação, a saber, dados gerais da instituição, atividades acadêmicas (extensão) e E-Serviços.

No geral, dentre as categorias dispostas no índice, constatou-se que apenas a de E-Serviços se encontra 100% nos quatro portais eletrônicos, seguido de outras categorias com transparência alta, quais sejam, atividades acadêmicas de ensino e extensão, ambas com uma média de 91,68%. Já a categoria menos divulgada foi a de informação sobre condições de qualidade administrativa e acadêmica da instituição, apresentando uma média de 40%.

Com relação ao terceiro objetivo específico do estudo, quando comparado as instituições, verificou-se uma diferença entre os índices dos portais, no qual a UEPB apresentou o menor percentual de transparência, com um valor médio de divulgação geral de 72,56%. Na sequência aparece o IFPB, com um percentual médio de 75,46%. A UFCG, por sua vez, se encontra com 80,76%, seguido da UFPB, com 80,86%. Por fim, dentre as instituições analisadas, a UFPB se destaca por possuir o portal eletrônico que mais divulga informações.

Ademais, o percentual médio de divulgação geral dos portais eletrônicos das IES públicas da Paraíba foi de 77,65%, valor superior ao de 66,32%, identificado na pesquisa de Pessoa (2013) sobre o grau de transparência das universidades federais brasileiras. Destaca-se que a partir dos resultados obtidos, observou-se que não há relação entre a transparência das informações divulgadas. Isto é, algumas instituições que ficaram com um bom nível em uma categoria, não obtiveram, necessariamente, um bom percentual em outra, como é o caso do IFPB, que apresentou um percentual de 100% na categoria 2 e, em contrapartida, obteve 66,7% na categoria 3. Isso reforça que ao analisar as informações por categorias, os resultados encontrados podem ser totalmente opostos. Ou seja, isso pode indicar que não é dada a devida importância a todos os aspectos exigidos de transparência, prioriza-se apenas alguns.

Para tanto, mesmo o presente estudo apresentando tal percentual, nota-se que ainda existem diversas informações a serem disponibilizadas. Logo, faz-se necessário o aprimoramento dos *sites* com a inclusão dos itens que não foram detectados na pesquisa, melhorando, portanto, a transparência, e permitindo o acesso efetivo da sociedade nas informações buscadas, embora, para o cidadão, solicitar informações ainda seja algo atípico.

Esta pesquisa mostra-se relevante, principalmente ao realizar um estudo abrangente de transparência nos portais eletrônicos das IES públicas da Paraíba sob o IndexDUF, métrica considerada eficiente e eficaz (PESSÔA, 2013), que proporcionou um “raio x” das instituições analisadas. Além disso, a pesquisa serviu para ampliar o conhecimento dos cidadãos sobre a transparência de informações nos portais eletrônicos das Instituições de Ensino Superior. Outrossim, os resultados obtidos corroboram para que as IES identifiquem os aspectos que não estão presentes em seus *sites* e busquem aperfeiçoá-los, aumentando, conseqüentemente, a transparência.

Sugere-se, para a realização de pesquisas futuras, a ampliação da amostra, incluindo IES privadas da Paraíba, como também, Universidades e Institutos Federais de outros Estados, a fim de compará-los entre si. Ademais, outra sugestão seria analisar a percepção dos discentes das instituições estudadas sobre a transparência dos portais eletrônicos, uma vez que eles utilizam frequentemente tais *sites* para obterem informações.

REFERÊNCIAS

AGOSTINETO, R. C; RAUPP, F. M. **Prestação de contas por meio de portais eletrônicos:** um estudo em câmaras municipais da grande Florianópolis. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 6, n. 3, p. 64-79, jul./set. 2010.

ATHAYDE, F. R. **A Evidenciação de informações contábeis da área social no setor público:** estudo de caso do município de Luziânia GO. 94f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, 2002.

AVELINO, B. C; ANGOTTI, M; COLAUTO, R. D. Política de evidenciação de informações do setor público no estado de Minas Gerais. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 47-61, mai./ago. 2012.

BALDISSERA, J. F; FIIRST, C; DEFAVERI, I. R; FOLADOR, E. L. Transparência na gestão pública: aplicação da LAI no município de Cascavel sob a abordagem da Teoria Contingencial. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 47-62, 2017.

BERNARDES, M; SANTOS, P; ROVER, A. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 761-792, maio/jun. 2015.

BERNARDO, J. S; REIS, A. O; SEDIYAMA, G. A. S. Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. **Revista Ciências Administrativas**, v. 23, n. 2, p. 277-292, 2017.

BEZERRA, F. J. A. (org.). **Perfil socioeconômico da Paraíba. Fortaleza:** Banco do Nordeste do Brasil, 2015. (Série Perfil Socieconômico dos Estados). Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/221>>. Acesso em: 22/04/2022.

BEZERRA, R. O; BORGES, L. J; VALMORBIDA, S. M. L. Análise das prestações de contas na internet da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Revista GUAL**, v.5, n.1, p.66-82, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 12/01/2022.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**, “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 25/01/2022.

_____. **Lei de Acesso à Informação.** Lei ordinária n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 25/01/2022.

CAMPOS, A. M. Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, fev./abr. 1990.

COELHO, T. R.; SILVA, T. A. B.; CUNHA, M. A.; TEIXEIRA, M. A. C. Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma “dança dos sete véus” incompleta? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 75, p. 235-250, 2018.

CRUZ, C. F. **Transparência da gestão pública municipal**: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros. 140f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S. Transparência na elaboração, execução e prestação de contas do orçamento municipal: Um estudo em um município brasileiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, 13(2), 1-14, 2008.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. de S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. Á. S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-176, jan./fev. 2012.

CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 3, 2010.

DAWES, S. S. Stewardship and usefulness: Policy principles for information-based transparency. **Government Information Quarterly**, 27(4), 377–383, 2010.

DINIZ, G. M.; MACHADO, D. Q.; MATOS, F. R. N. Transparência Digital na Gestão Pública: uma Análise de Conglomerados nos Municípios Cearenses. **Revista Controle -Doutrina e Artigos**, v. 14, n. 2, p. 197-217, 31 dez. 2016.

ECKERT, A.; TONIOLLI, T. M.; MECCA, M. S.; BIASIO, R. Relação entre a Qualidade dos Sites das Prefeituras e o Nível de Divulgação da Remuneração dos Servidores Públicos Municipais. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 3, 2016.

FARACO, B. P. **Transparência das Informações Públicas nos Portais das Instituições Federais de Educação Profissional da Região Sul do Brasil**. 122f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015.

GAMA, J. R. **Instrumentos de Transparência e Acesso Às Informações Públicas**: Um Estudo das Demandas por informações Contábeis nas Universidades Federais. 190f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Faculdade em Ciências da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GAMA, J. R.; RODRIGUES, G. M. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **TransInformação, Campinas**, v. 28, n. 1, p.47-57, jan./abr. 2016.

GNU PSPP. Boston: Free Software Foundation, 2011. Disponível em: <<http://www.gnu.org/software/pspp/pspp.html>>. Acesso em: 09/08/2022.

GOMES, F. R.; FREIRE, R. D. S.; SALES, J. D. A. Transparência pública em portais de institutos de Previdência Municipais da Paraíba: a accountability foi esquecida? **Revista de Informação Contábil**, v. 11, n. 2, p. 52-68, abr./jun. 2017.

LARA, T. El papel de la Universidad en la construcción de su identidad digital. **RUSC, Universities and Knowledge Society Journal**, 6(1), pp. 15-21, 2009.

LOCK, F N. **Transparência da Gestão Municipal Através das Informações Contábeis Divulgadas na Internet**. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2013

KON, A. Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública. **Planejamento e políticas públicas**, [s. l.], v.1, n. 41, p. 45-88, jul./dez. 2013.

KRISTIANSEN, S; DWIYANTO, A; PRAMUSINTO, A; PUTRANTO, E. A. Public sector reforms and financial transparency: Experiences from Indonesian districts. **Contemporary Southeast Asia: A Journal of International and Strategic Affairs**, 31(1), 64-87, 2009.

MARTINS, D. S; COELHO, F. B; ALMEIDA, F. M. M. A importância da implantação do portal da transparência pública na prefeitura municipal de Dores do Rio Preto/ES. **Anais do IX Simpósio de excelência em gestão e tecnologia**, Rezende, RJ, Brasil, 2012.

MEDEIROS, A. K; CRANTSCHANINOV, T. I; DA SILVA, F. C. Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. **Revista de Administração Pública**, 47(3), 745-775, 2013.

MENESES, A. F. **Evidenciação das demonstrações contábeis**: estudo sob a óptica do processo de convergência das Normas de Contabilidade aplicadas ao setor público. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) - Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2011.

MICHENER, R. G. *The Surrender of Secrecy: Explaining the Emergence of Strong Access to Information Laws in Latin America*. University of Texas at Austin, 2010.

MONFARDINI, P. Accountability in the new public sector: a comparative case study. **International Journal of Public Sector Management**, 23(7), 632-646, 2010.

MONTEIRO, A. **Aferição do grau de cumprimento às obrigações de transparência ativa constantes da Lei de Acesso à Informação por Universidades Federais do Brasil**. Dissertação Mestrado Profissional em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2014.

NUNES, G. S. D. F.; DOS SANTOS, V.; FARIAS, S.; SOARES, S. V.; LUNKES, R. J. Análise dos instrumentos de transparência contidos na lei de responsabilidade fiscal nos municípios da região sul. **Revista Ambiente Contábil** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. v. 5, n. 2, p. 128-150, 2013.

OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M.; AMARAL, N. C. Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico. **Revista educar**. Curitiba, v. 1, n. 28, p.71-87, 2006.

PEREIRA, A. S; MACHADO, A. M; CARNEIRO, T. C. Avaliação da acessibilidade dos sítios eletrônicos das instituições de ensino superior brasileiras. **Informação & Sociedade**, v.23, n.3, p.123-142, 2013.

PESSÔA, I. da S. **Determinantes da Transparência das Universidades Federais Brasileiras**. 175f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PLATT NETO, O. A; CRUZ, F; VIEIRA, A. L. Transparência das contas públicas: um enfoque no uso da Internet como instrumento de publicidade na UFSC. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.1, n. 5, p.135-146, 2006.

PLATT NETO, O. A. et al. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: Obrigatoriedade e Abrangência desses Princípios na Administração Pública Brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v.18, n. 1, p. 75-94. jan./mar. 2007.

PLATT NETO, O. A; CRUZ, F; ENSSLIN, S. R; ENSSLIN, L. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, UFMG, Belo Horizonte, v. 18, n.1, p. 75-94, jan./mar. 2007.

RODRIGUES, G. M. Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 423-438, novembro 2013.

ROSA, T. C. **Lei de acesso à informação: análise dos portais eletrônicos das universidades públicas federais da região sul do Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2014.

ROSÁRIO, A. H. D. PÉREZ, M. D. C. C. CAÑADAS, M. D. M. S. La transparencia de información online: El caso das top 100 universidades del mundo. In: **Congreso AECA**, 26., 2011.

RELLY, J. Examining a model of vertical accountability: A cross-national study of the influence of information access on the control of corruption. **Government Information Quarterly**, 29(3), pp. 335- 345, 2012.

SACRAMENTO, A. R. S; PINHO, J. A. G. Transparência na Administração Pública: o que mudou depois da Lei de Responsabilidade Fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 48-61, 2007.

SANTANA JUNIOR, J. J. B; LIBONATI, J. J; VASCONCELOS, M. T. C; SLOMSKI, V. Transparência Fiscal Eletrônica. Uma Análise dos Níveis de Transparência Apresentados nos Sites dos Poderes e Órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 3, n. 3, p. 62-84, 2009.

SALGADO, C. C. R; AIRES, R. F. F. Governo eletrônico no Rio Grande do Norte: uma avaliação de prefeituras municipais a partir da lei de acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, p.98-115, jul./set. 2017.

SANTOS, H. R. L. **Lei de Acesso à Informação e Comunicação em universidades federais: conexões, perspectivas e desafios**. 164f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SARAITE-SARIENE, L; RODRÍGUEZ, M. del M. G; ROSARIO, A. H. Exploring determining factors of web transparency in the world's top universities, **Revista de Contabilidad**, 21(1), pp. 63-72, 2018.

SILVA, W. A. O; BRUNI, A. L. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, p. 415-431, 2019.

SILVEIRA, A. R. da. **A comunicação pública a serviço da transparência pública na internet: estudo em portais de universidades federais**. 54f (Trabalho de Conclusão de Curso), Curso de Especialização em Administração Pública Contemporânea, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul – Brasil, 2012.

UNIVERSIDADE

ZORZAL, L. **Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na administração pública federal**. 197f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2015.